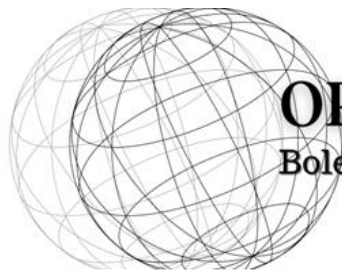


ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF



Vol. 2 - N°5
JANEIRO-ABRIL/2024
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF

Vol. 2 - Nº 5 – Janeiro-Abril/2024

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrimestral editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Adriano de Freixo
- Danilo Sorato Oliveira Moreira
- Danillo Avellar Bragança
- Luísa Almeida do Valle Brito
- Priscilla Carvalho Corrêa Mendes
- Tadeu Morato Maciel

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

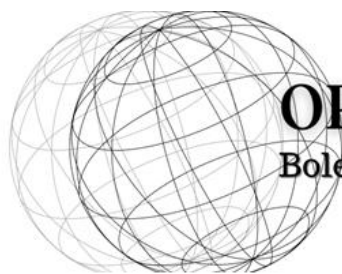
Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

www.lepeb.uff.br
lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: Brasília (DF) 26-03-2024 Sessão solene em homenagem a Marielle Franco. Foto: Lula Marques/ Agência Brasil



ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF

Vol. 2 - Nº 5 – Janeiro-Abril/2024

SUMÁRIO

Editorial

Equipe Editorial 03

O que é (e o que não é) uma milícia?

Danillo Avellar Bragança 05

Segurança Pública no Rio de Janeiro: um pouco de história (não tão) antiga

Adriano de Freixo 09

Repercussões internacionais do caso Marielle e Anderson a partir das coberturas do Clarín, NYTimes e Le Monde

Luísa Almeida do Valle Brito e Tadeu Morato Maciel 13

A Festa de Selma e as conexões transnacionais da extrema direita brasileira

Priscilla Carvalho Corrêa Mendes..... 20

As relações internacionais nos planos de governo dos candidatos a prefeito do Rio de Janeiro

Danilo Sorato Oliveira Moreira..... 27

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 33

Editorial

Março de 2018. Com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro em andamento, a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados brutalmente no bairro do Estácio. Nos anos seguintes, as investigações sobre o crime seriam conduzidas de maneira lenta e descuidada pela polícia civil carioca, sob o olhar complacente dos governos estadual e federal.

Somente após a eleição do atual governo, em 2022, e da entrada na Polícia Federal no caso em fevereiro de 2023, por determinação do então Ministro da Justiça Flávio Dino “a fim de ampliar a colaboração federal com as investigações sobre a organização criminosa que perpetrou os homicídios de Marielle e Anderson”, essas investigações começariam a avançar mais rapidamente. Assim, seis anos depois, em março deste ano, a Polícia Federal finalmente prenderia os acusados de serem os mandantes do crime: o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-deputado estadual, Domingos Brazão, e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão.

Além dos irmãos Brazão, também foi preso o delegado Rivaldo Barbosa que, segundo o relatório da PF, teria ajudado a articular a execução da vereadora e garantido aos criminosos que as investigações não dariam em nada. Ex-chefe da Polícia Civil carioca, Barbosa foi indicado para o cargo, às vésperas do crime, pelo Gen. Richard Fernandez Nunes, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro durante a intervenção federal.

Essas prisões comprovam a intrincada rede de atividades criminosas que articula milicianos, traficantes, políticos e autoridades das diferentes esferas de poder na Cidade e na Região Metropolitana do RJ, além de ampliarem os questionamentos sobre a controversa intervenção federal e a atuação de integrantes das Forças Armadas que dela participaram, alguns dos quais teriam papel destacado no governo Jair Bolsonaro como o Gen. Braga Netto.

Três dos artigos presentes nesta edição do **Orbis** abordam, direta ou indiretamente, essas questões ao discutirem temas como as políticas de segurança pública do Rio de Janeiro nas últimas décadas, o debate conceitual sobre o que são milícias cariocas e as repercussões do assassinato de Marielle e Anderson.

Mas já que estamos falando de investigações morosas, é importante registrar que os inquéritos envolvendo os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 parecem andar a

passos lentos, depois da celeridade inicial que levou à prisão e condenação de vários participantes do fracassado “putsch de Brasília”. E justamente no momento em que eles começam a abarcar os financiadores e idealizadores do golpe malfadado. Na esteira dessa morosidade, a bancada parlamentar bolsonarista se articula para tentar aprovar uma anistia aos golpistas, que englobaria não só os “bagrinhos” já condenados, mas, principalmente, os “tubarões” ainda sob investigação. Esses mesmos parlamentares também têm procurado mobilizar apoios junto à extrema direita internacional, notadamente a dos EUA, para denunciar uma pretensa “venezuelização” do Brasil, que estaria sendo levada a cabo pelo governo Lula, com respaldo do STF. É essa articulação entre os extremistas do bolsonarismo e do trumpismo que foi abordada no artigo “A Festa de Selma e as conexões transnacionais da extrema direita brasileira”.

E em um ano de eleições municipais, o artigo que fecha esta edição traz para o debate a paradiplomacia e a atuação dos entes subnacionais nas relações internacionais, ao analisar as propostas sobre o tema – ou a ausência delas – dos principais candidatos à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, registramos que, a partir desta edição, o **Orbis** terá a sua periodicidade alterada, passando a ser publicado quadrimestralmente, com três edições ao longo do ano. Cremos que, desta forma, o boletim poderá cumprir melhor sua proposta de mesclar análises mais imediatas de conjuntura com artigos que adotem abordagens históricas e/ou conceituais.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores

O que é (e o que não é) uma milícia?

*Danillo Avellar Bragança**

O Rio é um salseiro. Tudo é muito confuso, muito barulhento. As coisas aqui se testam, se executam, se falham. Êxito quando existe, é passageiro. As políticas se sobrepõem de forma muito confusa umas às outras e o resultado é sempre pior do que a encomenda inicial.

Em tempo de crescimento vertiginoso das milícias no estado do Rio de Janeiro, mas, sobretudo em sua capital e municípios da região metropolitana, o fundamental mesmo é tentar entender brevemente o que são estas milícias. Convém inclusive retirar do meio desta confusão o que, de fato, não representa o crescimento de tais grupos, a fim de conseguir um mínimo de harmonia no meio do caos e da confusão dos ruídos.

Uma pesquisa básica: a Wikipédia tem um verbete específico para as milícias cariocas. O Rio é sucesso absoluto de crítica e de bilheteria, sempre. Nossas instituições não somente estão funcionando como estão funcionando de modo a produzir ajustes, configurações de forças, experimentações políticas, que em nenhum outro lugar teriam como existir. Aqui elas existem, são fortes e fazem parte cada vez mais do aparelho repressivo, que funciona de forma exemplar no Brasil desde o fim do regime ditatorial civil-militar.

O conceito mais básico de milícia é aquele em que cidadãos normais como você e eu se armam e passam a fazer parte de uma estrutura semiorganizada. Esta estrutura é paralela ao Estado, ou seja, não tem ligações com as instituições legalmente estabelecidas. Maquiavel, o Florentino, fala de milícias, e a galera adora ler Maquiavel como se ele resolvesse todos os nossos problemas hoje, mais de quinhentos anos depois. São também consideradas milícias os grupos de guerra irregular ou de guerrilha, ligados a movimentos insurgentes ou de libertação colonial.

No Rio de Janeiro, este conceito não é adequado sob nenhum aspecto.

As milícias cariocas têm em sua origem básica as instituições, sobretudo aquelas ligadas ao aparato repressivo do Estado, e isto é fundamental que seja dito. Isto está em sua origem fundamental, em seu ponto de partida, ou aquilo que é costumeiramente chamado de “polícia mineira”.

Durante muito tempo, tentou-se que isso fosse diferenciado. Esta é uma forma bastante politizada de ver o problema. Ao colocar em caixas diferentes a “mineira” e as milícias, o que se tentava fazer era garantir um piso de legitimidade para as milícias. É

conhecida a fala do então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que considerava as milícias “grupos de autodefesa comunitárias”. Não é que Maia não soubesse o que estava dizendo, algo impensável em relação a um dos mais coerentes comentaristas políticos que tínhamos até pouco tempo atrás.

A literatura sobre o tema concorda que, em seu fundamento, as “mineiras” deram origem às milícias que conhecemos hoje. As “mineiras” eram grupos das polícias de Minas Gerais que, na década de 1960 e 1970, entravam em território fluminense em diligências diversas, sobretudo atrás de fugitivos do estado que cruzavam o limite geográfico em direção ao Rio de Janeiro.

Importante ressaltar que já aí as relações fiéis entre a polícia e a política se faziam muito evidentes, e é ainda muito lembrada a história de Tenório Cavalcanti, o “homem da capa preta”, político carioca, nome de rua em nove entre dez municípios da Baixada Fluminense. Cavalcanti é o nexo causal entre as “mineiras”, os grupos de extermínio e as milícias modernas. Cavalcanti também é o liame entre estes grupos e as disputas por terras na região da Baixada Fluminense, coisa que seu histórico udenista não deixa dúvida.

Aos poucos, a sabedoria popular foi associando a violência dos grupos liderados por Tenório Cavalcanti à truculência das “mineiras”. Pegou, e com toda razão. Os grupos de extermínio ainda muito presentes na Baixada Fluminense e municípios vizinhos são o elo perdido entre as “mineiras” e as milícias. Os grupos de extermínio dessa região funcionavam em duas frentes primordiais: o domínio territorial e o controle social.

Quanto ao primeiro, o próprio Tenório Cavalcanti era dono de uma fortaleza em Caxias, projetada pelo conhecido arquiteto Sérgio Bernardes, que também construiu o Pavilhão de São Cristóvão. A disputa pela terra ainda é elemento básico das relações políticas e de poder nos municípios da Baixada, e eram comuns as expulsões de comunidades pobres alojadas onde hoje são os grandes centros ou áreas industriais dos municípios da Baixada.

Em relação ao controle social, o elemento de proximidade com a população nasce desta condição de suposta segurança que era garantida por estes grupos. Quando moleque, minha associação direta com a Baixada era a de lugar seguro, onde não havia roubo ou tráfico e quem morria, era porque estava envolvido em algo errado. Esta era a lógica da ditadura militar e seus defensores, como também é a lógica da esquizofrenia coletiva que hoje clama pelo justicamento. O lema “bandido bom é bandido morto” não foi inventado hoje, mas cunhado pelo delegado de Polícia Civil José Guilherme Godinho, o Sivuca. Deputado estadual pelo Rio de Janeiro no final da década de 80, Sivuca

também fez parte de um grupo de matadores – o nome é esse, lamento – chamado de Scuderie Detetive Le Cocq, formado por policiais civis que agiam como grupo de extermínio, a exemplo da Invernada de Olaria ou dos Homens de Ouro, entre outros grupos. A ligação destes grupos com a ditadura civil-militar, com o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o general Amaury Krueel, com a tortura, com a caçada anticomunista e com o jogo do bicho merece um outro artigo, mas reforça aqui brevemente a relação carnal entre polícia e política, já desde a ditadura militar e em vigor até hoje.

Esse duplo processo de controle social através do justicamento e de domínio territorial a partir da violência é o que, de forma atualizada, chega às milícias nos dias de hoje. As milícias são contemporâneas aos grupos de extermínio da Baixada e aos Esquadrões da Morte das polícias civis. A primeira milícia a se ter conhecimento, sobretudo por seu tamanho, data de 1979, e está lotada até hoje em Rio das Pedras, na zona oeste do Rio de Janeiro.

A década de 80 e 90 em termos de segurança pública no Rio de Janeiro merece um terceiro artigo, principalmente para se analisar o papel de nomes como Leonel Brizola, Carlos Nazareth Cerqueira e Nilo Batista; mas também, em outra direção, os de Wellington Moreira Franco, Marcello Alencar e César Maia. O interessante aqui neste esforço de conceituação histórica é que as milícias cresceram sendo pouco incomodadas, sobretudo em comparação ao nível de atenção que se dava às facções criminosas, em especial o Comando Vermelho.

Nos anos 2000, já cerca de 300 favelas cariocas, mais periféricas e mais próximas aos limites geográficos com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, já eram dominadas por milícias, que impunham uma série de restrições, mas traziam consigo um elemento novo: a exploração de serviços às comunidades pobres, especialmente a venda de botijões de gás, transporte alternativo e, mais posteriormente, a instalação de centrais inteiras de roubo de sinal de TV a cabo. As milícias originais se concentravam no aspecto do domínio territorial e do extermínio de jovens negros, mas esta recente atualização trouxe o elemento econômico para seu interior.

Um adendo cinematográfico: ao contrário do que diz o famoso filme de José Padilha em sua segunda edição, não houve um momento fulcral em que as polícias militares descobriram ser melhor elas mesmas gerirem estas comunidades do que simplesmente obter participação destes lucros através do arrego. As polícias militares e, mais, bombeiros militares, sempre fizeram parte desta conexão.

Já com a intenção de finalizar, as milícias hoje são um problema ainda maior,

principalmente após a intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018. Isto porque, depois de anos de enfraquecimento das facções criminosas locais, como o CV, os espaços de poder abandonados por elas dentro de comunidades, foram imediatamente ocupados por outros grupos – as milícias dentre eles-, gerando uma nova configuração de forças.

As milícias estão diretamente envolvidas, por exemplo, com a violência política, como se vê na participação direta ou indireta de indivíduos ligados a elas no assassinato da vereadora Marielle Franco. Os vínculos desses grupos com a banda podre das polícias ficam evidentes não só pelos executores do crime – Ronnie Lessa e Élcio Queiroz – terem sua origem na Polícia Militar, mas também pelo papel desempenhado pelo ex-chefe da Polícia Civil carioca, delegado Rivaldo Barbosa. As milícias já dominaram Niterói, por exemplo, e já convergiram, formando dois ou três grandes grupos. O que garante que, no futuro próximo, estes grupos não se enfrentarão? O que lhes dá uniformidade?

Tudo que a milícia é no Rio de Janeiro é o que não é em outros lugares, e essa experiência sui generis faz com que até as comparações com os cartéis mexicanos sejam, nesse momento, despropositadas. No mais, as milícias não se tornaram o maior dos problemas de segurança pública no Rio de Janeiro somente hoje. Elas são parte de uma longa trajetória que demonstra com clareza as relações institucionais que as sustentam. A milícia é polícia, mas ainda mais, a milícia é política.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br

Segurança Pública no Rio de Janeiro: um pouco de história (não tão) antiga

*Adriano de Freixo**

Em 1983, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, Leonel Brizola inaugurou uma nova concepção de segurança pública no estado. Tal concepção tinha como ênfases a defesa dos direitos humanos e o respeito às garantias individuais – como a inviolabilidade de domicílio, por exemplo – para todos, indiscriminadamente, ao mesmo tempo em que procurava combater as práticas repressivas e a corrupção existentes na instituição policial. Nesse sentido, o então governador do Rio de Janeiro procurou romper com a lógica que categoriza determinados grupos sociais como “bandidos” ou “inimigos”, de forma a torná-los “menos humanos” ou “humanos de qualidades e características inferiores”, não merecendo, portanto, estar sob o mesmo status jurídico que os demais, os “cidadãos de bem” (Freixo, Serra e Medeiros, 2012).

Simultaneamente, o governo estadual procurava atuar nas áreas mais carentes através de grandes investimentos na área social, dos quais o carro-chefe foi a escola de tempo integral, consagrada no programa dos CIEPs. Naqueles anos finais do período ditatorial, em que indivíduos oriundos do aparato repressivo (então em processo de desmantelamento), agentes das polícias civil e militar, integrantes de grupos de extermínio e os controladores e operadores de atividades ilícitas – como o jogo do bicho, por exemplo - formavam uma densa teia de intersecções (Jupiara e Otávio, 2015), tal política representava uma mudança radical na forma de lidar com a questão da segurança pública e enfrentaria fortes resistências, dentro e fora da máquina do estado.

Um dos principais executores desse projeto foi um policial negro, humanista e de sólida formação intelectual, o Cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira, nomeado por Brizola para o comando da Polícia Militar carioca, e que à frente de um grupo de oficiais reformistas, defendia “práticas policiais preventivas que assegurassem direitos e ampliassem os espaços democráticos para o exercício da cidadania” (Silva, 2013). À frente da corporação, Cerqueira não só procurou pautar as ações policiais pelo respeito à lei e aos direitos e garantias do cidadão, mas também apostou no investimento em formação de quadros, como forma de qualificar o trabalho policial. Neste sentido, ele incorporaria à formação dos policiais noções como direitos humanos, integração comunitária, legalidade e prevenção criminal (Leal, 2021).

Porém, em 1986, último ano do primeiro governo Brizola, a grande imprensa alardeava o “caos na segurança pública” carioca, deixando implícita a ideia de que

parte significativa desse caos se devia à “permissividade” com que o governo estadual lidava com o crime. Paralelamente a isso, no contexto econômico conturbado da chamada “década perdida”, a ocupação dos morros e da periferia da cidade ocorria de maneira acelerada.

Cabe registrar que dois anos antes, em 1984, por ocasião do lançamento do “Programa de Educação Especial”, formulado por Darcy Ribeiro, “O Globo” manifestava sua oposição ao projeto, classificando as escolas de tempo integral como manifestações de “populismo” e defendendo que a prioridade deveria ser a construção de mais presídios (Silva, 2012, p.30). Assim, na campanha eleitoral de 1986, o candidato a governador pelo PMDB, Wellington Moreira Franco, prometia acabar com a violência em seis meses. E embalado pelo ótimo jingle cantado por D. Ivone Lara (“O nome dele é Moreira”) e pelo sucesso efêmero do midiático Plano Cruzado, o então genro de Amaral Peixoto conseguiu angariar o apoio de uma classe média amedrontada pela “escalada do crime” e que já atribuía ao “pessoal dos direitos humanos” – e conseqüentemente às políticas de Brizola – a responsabilidade por aquele estado de coisas.

Nas eleições de novembro, Moreira derrotou Darcy Ribeiro, do PDT. Em seu governo, a violência não só não acabou em seis meses, apesar da retomada das práticas repressivas, como aumentou exponencialmente com a consolidação da associação nas comunidades de duas dinâmicas bastante perversas: o tráfico de drogas e o tráfico de armas (Soares, 2006). Sobre isso, o jornalista Valério Meinel, no romance-reportagem *Avestruz, Águia e... Cocaína* (1994), levanta a hipótese de que a montagem da estrutura do tráfico em grande escala, a partir do final dos anos 1970, teria tido participação decisiva do pessoal do jogo do bicho, único grupo organizado com condições financeiras e logísticas de bancar tal empreendimento naquele momento.

Ao término dos quatro anos do seu mandato, Moreira Franco já estava marcado como um dos piores governadores da história do RJ e isso teve um grande peso para a vitória expressiva de Leonel Brizola nas eleições estaduais de 1990, em que foi eleito com quase 61% dos votos, já no primeiro turno. Porém, ao retornar ao governo estadual, a partir de 1991, Leonel Brizola encontrou o sistema de segurança pública do estado em situação de total deterioração e isso dificultou sobremaneira a retomada da correta política de segurança de seu primeiro governo. Na época, nomes como o vice-governador Nilo Batista e o próprio Cel. Nazareth Cerqueira, novamente comandante da Polícia Militar, já começavam a perceber e a produzir intelectualmente sobre a fracassada guerra às drogas (nas célebres palavras do chefe da polícia civil no governo Marcello Alencar, delegado Hélio Luz: “Ipanema brilha à noite”). E a enorme dívida social

herdada do período ditatorial só se agravava com os primeiros governos civis e a onda neoliberal da década de 1990.

O Coronel Cerqueira seria assassinado, em 1999, em circunstâncias ainda hoje não muito bem esclarecidas; Leonel Brizola faleceu em 2004, aos 82 anos, amargando algumas derrotas eleitorais em seus últimos anos de vida e Nilo Batista acabaria por se consolidar – atuando como professor universitário, jurista e ativista dos direitos humanos – como uma das vozes mais respeitadas do antipunitivismo no país. Já os governos estaduais subsequentes retomaram a guerra às drogas, alternando ou combinando práticas repressivas com lógicas que, muitas vezes, reduziam a política de segurança a questões de gestão.

Em paralelo, houve a banalização da utilização das Forças Armadas em ações de segurança pública, prática esta que se consolidaria no ciclo de governos do PT (2003-2016) – quando, inclusive, seria dado o desenho final do arcabouço jurídico das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO) - e que teria seu ápice na intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018. Além disso, parte significativa das classes médias adotou como lema “direitos humanos para humanos direitos” radicalizando sobremaneira a sua demofobia e aderindo sem pudores ao extremismo de direita, traduzido no fenômeno do bolsonarismo.

Já Wellington Moreira Franco - que com suas políticas equivocadas e governo desastroso foi um dos grandes responsáveis pelo agravamento das tensões no campo da segurança pública no estado do Rio de Janeiro - teria um papel destacado nas articulações que levaram ao *soft coup* que derrubou Dilma Rousseff, assumindo em seguida a Secretaria Geral da Presidência da República no Governo Michel Temer. Nesse cargo, foi um dos principais idealizadores da malfadada intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018 juntamente com o Gen. Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, filho do Gen. Leo Etchegoyen e sobrinho do Cel. Cyro Etchegoyen, ambos integrantes da chamada “linha-dura”, que ocuparam postos ligados à repressão e à comunidade de informações durante o período ditatorial.

Referências

FREIXO, Adriano de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar e MEDEIROS, Dulcinéa de. O Estado de Direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão. *Contemporânea*, São Carlos, v.2, n.1, p. 65-82, 2012.

JUPIARA, Aloy e OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção**. Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro, Record, 2015.

LEAL, Leandro Porto. **Polícia e Redemocratização**: o projeto de reforma do comandante Nazareth Cerqueira para o sistema de ensino e instrução da Polícia Militar do Rio de Janeiro (1983-1987). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2021.

MEINEL, Valério. **Avestruz, Águia e... Cocaína**. O jogo do bicho visto por dentro: Um submundo de crime e corrupção. 2ª ed. Porto Alegre, L&PM, 1994.

SILVA, Bruno Marques. A Polícia é o público e o público é a Polícia: o policiamento comunitário e a política de segurança brizolista no Rio de Janeiro (1983-1994). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, ANPUH, 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Vox, Voces**: (re)memorar. Rio de Janeiro, Multifoco, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: Presente e Futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

* Professor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador-Geral do LEPEB/UFF. E-mail: adrianofreixo@id.uff.br

Repercussões internacionais do caso Marielle e Anderson a partir das coberturas do Clarín, NYTimes e Le Monde

*Luísa Almeida do Valle Brito**

*Tadeu Morato Maciel***

O caso Marielle Franco e Anderson Gomes constitui um acontecimento trágico e emblemático que reverberou profundamente na sociedade brasileira e além-fronteiras. Remonta à noite de 14 de março de 2018, quando a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Figura proeminente na cena política do Brasil, Marielle Franco destacou-se não apenas por sua atuação no campo legislativo, mas também por sua militância pela defesa dos direitos humanos dos mais vulneráveis, das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQ+ e dos habitantes das favelas, mostrando-se, conseqüentemente, contra a opressão, o racismo, a violência policial e a exclusão social.

Os assassinatos de Marielle e Anderson simbolizaram importantes fraquezas quanto aos alicerces da democracia brasileira, ajudando a revelar a complexidade da violência política e da impunidade que assolam o país. Assim, esse caso transcende os limites de um crime comum, tornando-se um símbolo de luta por justiça, igualdade e dignidade. Não por acaso, o crime despertou uma onda de indignação e clamor por justiça, tanto dentro do Brasil quanto internacionalmente, expondo as falhas dos sistemas locais de segurança e investigação.

Assim, o objetivo desse breve artigo é analisar o impacto internacional do assassinato da vereadora Marielle Franco. Devido ao limite de espaço, serão abordados três importantes jornais de amplo alcance - Clarín (Argentina), NYTimes (EUA) e Le Monde (França) - em diferentes marcos temporais. Assim, aspiramos analisar as convergências e divergências nas abordagens adotadas por estes periódicos em relação ao assassinato de Marielle Franco, considerando suas perspectivas regionais e diretrizes editoriais. Pretendemos apontar como cada jornal apresenta e contextualiza este evento de grande relevância, visando evidenciar seu impacto internacional e as nuances presentes em parte da cobertura jornalística global.

Em relação ao impacto inicial logo após os assassinatos, o Clarín, com a manchete "Assassinaram a vereadora e ativista do Rio de Janeiro, Marielle Franco", enfatiza os eventos imediatos e a comoção pública e protestos que se seguiram, destacando o histórico ativismo de Marielle e sua oposição à violência policial e à intervenção militar

no Rio de Janeiro (Clarín, 2018). Por outro lado, o NYTimes, com a manchete "Assassinato de vereadora do Rio de Janeiro crítica à polícia abala o Brasil", contextualiza o evento dentro do cenário mais amplo de violência e instabilidade política na cidade, incluindo a reação internacional, como as declarações da ONU expressando preocupações com os Direitos Humanos no Brasil. Além disso, o jornal menciona o contexto da morte da vereadora, incluindo a recente nomeação de Marielle para uma comissão de supervisão da intervenção militar no Rio de Janeiro (NYTimes, 2018). Por fim, o Le Monde, com a manchete "O assassinato no Rio de Marielle Franco, eleita local e militante contra a violência policial, comove o Brasil", oferece uma narrativa detalhada sobre a vida e o ativismo de Marielle, também relatando sua oposição à corrupção policial e à intervenção militar no Rio de Janeiro, especulando sobre as possíveis motivações por trás do assassinato, incluindo a hipótese de vingança por parte de policiais, e destacando, assim como o Clarín, a comoção nacional e os protestos subsequentes (Gatinois, 2018).

Quase um ano após os assassinatos, as manchetes dos três jornais abordam a prisão de dois policiais suspeitos, Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz. As investigações, conforme relatado pelos três veículos, concluíram que Ronnie Lessa foi o autor dos tiros, contando com a participação de Elcio, que dirigia o veículo utilizado na execução. Nesse momento, o Clarín reporta que a motivação política por trás do crime permanece em questão, ilustrada pela fala do então deputado federal Marcelo Freixo que, embora considerasse a prisão um avanço, ressaltava que ainda era preciso esclarecer quem mandou matá-la e o porquê (Clarín, 2019a). O NYTimes também relata informações similares, incluindo uma entrevista com o investigador sênior de homicídios, Ginton Lages, destacando a importância de resolver o caso para evitar incidentes futuros. Lages mencionou que, apesar de Ronnie Lessa ter sido preso em seu condomínio na Barra da Tijuca, não havia evidências de ligação entre ele e o então presidente Bolsonaro, que possui residência na mesma localidade, considerando isso uma "coincidência sem significado". O jornal também mencionou o surgimento de movimentos em prol dos direitos que Marielle defendia, além de citar a divisão na sociedade brasileira em relação às políticas de segurança e aos grupos milicianos (NYTimes, 2019). O Le Monde, assim como o NYTimes, destacou que o Rio de Janeiro enfrenta há cerca de vinte anos o fenômeno das milícias, que impõem suas próprias leis nas favelas. Além disso, mencionou que, embora o governo conservador do presidente Michel Temer tenha prometido concluir rapidamente a investigação, ela acabou se estagnando por um ano, em um país onde uma parte significativa dos homicídios permanece impune (Le Monde, 2019).

Ainda em 2019, Jair Bolsonaro se viu envolvido em uma polêmica após a revelação

da TV Globo de que seu nome estava vinculado às investigações sobre o assassinato, já que o porteiro do condomínio onde Bolsonaro residia afirmou que Élcio Queiroz esteve lá no dia do crime, pretendendo ir à casa de Bolsonaro, mas acabou indo para a casa de Ronnie Lessa. Embora o NYTimes não tenha reportado o fato, no Clarín, Bolsonaro foi descrito como “encolerizado” e insultando a Globo, clamando que estavam tentando acabar com o Brasil ao ligá-lo ao assassinato de Marielle. O então presidente afirmou seu compromisso em tirar o país do “buraco”, apesar da mídia que ele rotulou como “imprensa suja” e “canalha” (Clarín, 2019b). Enquanto isso, o Le Monde retratou Bolsonaro como em um verdadeiro “ataque de raiva”, expressando sua indignação e questionando os motivos por trás das acusações. Ainda, o jornal francês especulou se o aparente “esgotamento” do chefe de Estado brasileiro após uma série de visitas ao exterior poderia ser interpretado como um sinal de cansaço ou o início de uma preocupação real, relatando também que Bolsonaro foi obrigado a se desculpar com o Supremo Tribunal pela primeira vez, após postar um vídeo no Twitter que comparava a instituição máxima do país a uma “hiena” (Meyerfeld, 2019). Essas notícias mostram como a relação entre Bolsonaro e a mídia, especialmente a Globo, se tornou extremamente tensa e como esses eventos influenciaram a percepção pública sobre o presidente e sua administração, inclusive no exterior.

Quase dois anos após o crime, Adriano Magalhães da Nóbrega, suspeito de liderar uma organização paramilitar no Rio de Janeiro, conhecida como Gabinete do Crime, e associado ao assassinato de Marielle e Anderson, foi morto pela polícia em um confronto no estado da Bahia. Das fontes analisadas, apenas o Clarín cobriu este fato, mencionando a ligação de Queiroz e Lessa com o Gabinete do Crime. O veículo também destacou a relação com a família Bolsonaro, já que a esposa e a mãe de Nóbrega trabalhavam no gabinete de Flávio Bolsonaro quando ele era deputado estadual no Rio, e Flávio, então senador, condecorou Nóbrega durante sua gestão, apesar de Nóbrega ter sido demitido da Polícia Militar e condenado por homicídio culposo (Clarín, 2020).

Já em 2021, o Clarín trouxe à tona a falta de respostas após três anos do assassinato de Marielle e Anderson, destacando que organizações como a Anistia Internacional ressaltam a necessidade de uma investigação completa e imparcial para garantir justiça e combater a impunidade, tornando o caso emblemático na luta pelos direitos humanos globalmente (Clarín, 2021). Por outro lado, é notável que o NYTimes e o Le Monde tiveram uma cobertura muito limitada durante o resto do governo Bolsonaro, o que revela uma diferença significativa na abordagem do caso Marielle entre os veículos de mídia. Essa discrepância destaca a importância da análise crítica da cobertura

midiática internacional sobre questões sensíveis e de direitos humanos como essa quando se trata de países do chamado Sul Global.

Durante esse período, o New York Times mencionou o nome de Marielle Franco em alguns artigos de opinião e reportagens, mas não de forma específica sobre o andamento das investigações ou a repercussão do assassinato. Já o Le Monde abordou a conexão entre milícias e o assassinato de Marielle Franco, em uma reportagem sobre as milícias ultraviolentas do Rio de Janeiro, mencionando suspeitos ligados ao "Escritório do Crime" de Adriano da Nobrega, e cuja morte levantou suspeitas sobre informações não reveladas. O texto também destacou a proximidade entre milicianos e o clã Bolsonaro, incluindo homenagens e vínculos financeiros, embora não tenham sido encontradas evidências diretas da participação do então presidente no crime (Meyerfeld, 2022).

O desdobramento mais recente do caso se deu com a prisão dos supostos autores intelectuais do crime, os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, figuras conhecidas na política carioca e diretamente ligados às milícias segundo os investigadores. Domingos foi deputado e conselheiro do Tribunal de Contas do Rio, enquanto Chiquinho foi vereador e, atualmente, deputado federal. O terceiro suspeito preso, Rivaldo Barbosa, é o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, em atividade no período do crime. Como reportado pelo Clarín, essas prisões expuseram as conexões obscuras entre política e crime organizado no Rio de Janeiro, conforme revelado pelo relatório da Polícia Federal. Esse documento descreveu detalhes sobre as milícias que atuam na cidade com o envolvimento de policiais e políticos de alto escalão, mostrando a complexidade dessas relações e a influência dos grupos criminosos na política e na segurança pública do Rio de Janeiro.

O jornal destaca que a investigação revelou a importância da questão fundiária para o controle das milícias sobre os territórios, bem como a necessidade de políticas públicas eficazes para combater essas organizações e restaurar o controle estatal sobre essas áreas (Clarín, 2024). Ainda, o New York Times abordou as prisões como um marco significativo na busca por justiça no caso de Marielle e Anderson, enfatizando a importância histórica dessas prisões, já que o assassinato de Marielle se tornou um símbolo internacional da luta contra a corrupção, a violência policial e a impunidade no Brasil (Nicas; Filhorange, 2024).

Por fim, o Le Monde destacou os avanços na investigação durante o governo do presidente de esquerda Luiz Inácio Lula da Silva, contrastando com o antecessor Jair Bolsonaro, segundo o jornal, ligado às milícias. O deputado Chiquinho Brazão também é mencionado por receber supostos benefícios na presidência de Bolsonaro. Entretanto, a reportagem enfatiza que as motivações precisas do crime ainda não foram esclarecidas,

havendo ainda um longo caminho para a justiça (Meyerfeld, 2024).

Sobre esse ponto, vale destacar que, embora o crime tenha ocorrido durante a presidência de Michel Temer, a maior parte da investigação (ou entraves para a sua realização) foi desenvolvida durante a gestão Bolsonaro. É preciso lembrar que já no início da sua presidência aumentaram os receios em relação às ameaças ao convívio democrático e às garantias dos direitos humanos, devido à sua retórica agressiva, ao crescimento de uma postura governamental com traços cada vez mais fascistas, à abordagem limitada sobre a segurança pública, à desestruturação de políticas e programas sociais, dentre outros elementos. Tais receios possuíam alcance global, perceptível, por exemplo, quando o Instituto V-Dem da Universidade de Gotemburgo (Suécia), um dos maiores bancos de dados sobre democracias no mundo, declarou, em 2020, que o risco à democracia havia se tornado uma realidade no Brasil. Segundo a instituição, o país figurava entre os países com uma das maiores quedas nos índices de democracia nos últimos três anos da década de 2010, em conjunto com nações como Hungria, Turquia, Polônia e Sérvia (Chade, 2020).

Isto posto, de forma mais explícita, como visto nas reportagens do Clarín, ou mais restrita, como nos casos do NYTimes e Le Monde, havia uma relação entre a estabilidade política brasileira, a saúde de sua democracia e as dificuldades para efetivos avanços na investigação, os quais efetivamente ocorreram após o início do terceiro mandato do presidente Lula. As detenções dos responsáveis pelo assassinato de Marielle e Anderson possuem o potencial de significar muito mais do que apenas um desfecho judicial. Elas podem ser vistas como um marco crucial, oferecendo uma oportunidade valiosa para a revitalização e a reconstrução da imagem da democracia brasileira no cenário global.

Referências

CHADE, Jamil. Brasil perde status de democracia liberal perante o mundo, **El País Brasil**, 05/05/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html?%3Fssm=TW_BR_CM&utm_medium=Social&utm_source=Twitter#Echobox=1588692719>

CLARÍN. Asesinan a la concejala y activista de Río de Janeiro, Marielle Franco, **Clarín**, 15/03/2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/asesinan-concejala-activista-rio-janeiro-marielle-franco_0_Syq5i4utz.html>.

CLARÍN. A un año del asesinato de la concejal Marielle Franco, detienen a dos policías en Brasil, **Clarín**, 12/03/2019a. Disponible em: <https://www.clarin.com/mundo/ano-asesinato-concej-al-marielle-franco-detienen-policias-brasil_0_KVV6IBNOW.html>.

CLARÍN. Jair Bolsonaro a los gritos y exaltado negó estar vinculado con el asesinato de la concejal Marielle Franco, **Clarín**, 30/10/2019b. Disponible em: <https://www.clarin.com/mundo/exaltado-gritos-jair-bolsonaro-nego-vinculado-asesinato-concej-al-marielle-franco_0_m5ivHmG2.html>.

CLARÍN. Brasil: matan en un operativo policial al sospechoso de haber planeado el crimen, **Clarín**, 09/02/2020. Disponible em: <https://www.clarin.com/mundo/brasil-matan-operativo-policial-sospechoso-planeado-crimen-activista-marielle-franco_0_kweVuBNT.html>.

CLARÍN. Tres años es mucho tiempo sin respuestas sobre asesinato de Marielle Franco, **Clarín**, 14/03/2021. Disponible em: <https://www.clarin.com/agencias/efe-anos-tiempo-respuestas-asesinato-marielle-franco_0_owDRkgUHu.html>.

CLARÍN. Política, policía y mafia, la turbia alianza detrás del asesinato de Marielle Franco que conmocionó a Brasil, **Clarín**, 02/04/2024. Disponible em: <https://www.clarin.com/mundo/politica-policia-mafia-turbia-alianza-detras-asesinato-marielle-franco-conmociono-brasil_0_1525a1tNgL.html>.

GATINOIS, Claire. L'assassinat à Rio de Marielle Franco, élue locale et militante contre les violences policières, émeut le Brésil. **Le Monde**, 16/03/2018. Disponible em: <https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/03/16/l-assassinat-a-rio-d-une-militante-denoncant-les-violences-policieres-emeut-le-bresil_5271895_3222.html>.

LE MONDE. Brésil : deux policiers arrêtés pour l'assassinat de l'élue Marielle Franco, **Le Monde**, 12/03/2019. Disponible em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2019/03/12/bresil-deux-policiers-arretes-pour-l-assassinat-de-l-elue-noire-marielle-franco_5434905_3210.html>.

MEYERFELD, Bruno. « Pourritures ! Enfoirés sans scrupule! » : Bolsonaro s'emporte contre TV Globo, qui le cite dans une enquête pour assassinat, **Le Monde**, 31/10/2019. Disponible em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2019/10/31/le-president-bresilien-livre-une-diatribes-contre-tv-globo-qui-le-cite-dans-une-enquete-pour-assassinat_6017572_3210.html>

MEYERFELD, Bruno. Au Brésil, Rio sous la coupe de milices ultra-violentes créées par des policiers, **Le Monde**, 07/01/2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2022/01/07/au-bresil-les-milices-de-rio-sont-un-etat-dans-l-etat_6108605_3210.html>.

MEYERFELD, Bruno. Brésil : arrestation des commanditaires présumés de l'assassinat de Marielle Franco, **Le Monde**, 24/03/2024. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2024/03/24/bresil-arrestation-des-commanditaires-presumes-de-l-assassinat-de-marielle-franco_6223947_3210.html>.

NICAS, Jack; FILHORANCE, Flávia. Police Say They've Cracked Rio de Janeiro's Most Notorious Murder Mystery, **The New York Times**, 24/03/2024. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2024/03/24/world/americas/brazil-marielle-franco-assassination-arrest.html>>.

NYTIMES. Killing of Rio de Janeiro Councilwoman Critical of Police Rattles Brazil. **The New York Times**, 15/03/2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/15/world/americas/killing-of-rio-de-janeiro-councilwoman-critical-of-police-rattles-brazil.html>>.

NYTIMES. Ex-Officers Arrested in Killing of Marielle Franco, Brazilian Politician and Activist, **The New York Times**, 12/03/2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/03/12/world/americas/marielle-arrest-rio.html>>.

* Bacharela em Relações Internacionais (UFF) e Mestranda em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF). E-mail: luisabrito@id.uff.br

** Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da UFF e pesquisador do Laboratório Nexus (associado ao grupo de pesquisa SeDeAMERICAS) e do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB/UFF). E-mail: tadeumaciел@id.uff.br

A Festa de Selma e as conexões transnacionais da extrema direita brasileira

*Priscilla Carvalho Corrêa Mendes**

Embora inserido no bojo dos debates sobre o avanço global da extrema direita, este artigo, porém, não tem a pretensão de aprofundar uma discussão teórica-conceitual em torno de como defini-la ou rotulá-la, mas sim de buscar subsídios para compreender o que tem levado ao seu crescimento exponencial em diferentes partes do mundo. Parte-se, assim, do pressuposto de que no século XXI, a sua ascensão se deu não somente por meio da mobilização do ufanismo, do autoritarismo, da xenofobia, de pautas conservadoras nos costumes, da violência policial ou do racismo. Outro fator que legitimaria a escalada da extrema-direita internacionalmente seria a plena adesão ao receituário neoliberal. Isto porque, ainda que os principais defensores do Neoliberalismo critiquem os aspectos conservadores da extrema direita, não deixam de fornecer quadros nem poupam elogios às reformas econômicas promovidas por esses líderes.

Tanto no Brasil quanto nos EUA, a derrota eleitoral de seus respectivos candidatos de extrema-direita – Jair Messias Bolsonaro e Donald Trump – levou seus apoiadores a defender que as eleições teriam sido fraudadas. Se nos Estados Unidos (EUA), o resultado dessas alegações, somado à intensa polarização política no país, foi o ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, no Brasil, parte do eleitorado bolsonarista invadiu e depredou o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso nacional e o Palácio da Alvorada, em 8 de janeiro de 2023.

Organizada desde outubro de 2022, por meio de aplicativos de mensagens e de redes sociais, e intrigada com o silêncio absoluto de Bolsonaro diante da derrota eleitoral, parte de seus apoiadores bloqueou rodovias e estabeleceu acampamentos em frente a bases militares, clamando por uma intervenção das Forças Armadas. Também passaram a utilizar códigos para se comunicar e planejar sua ação. Um deles foi o termo “festa de Selma”, em alusão à saudação militar “selva”, que conclamava as pessoas a irem a Brasília vestidas de verde e amarelo. Outro código utilizado para organizar o ataque na capital foi “viagem à praia”, que, compartilhado num canal de caça e pesca do *Telegram*, exibia quarenta e três locais onde os bolsonaristas poderiam embarcar num ônibus rumo à capital brasileira (ROSSI; RODRIGUES, 2023).

Tendo esses eventos como pano de fundo, partiremos da audiência solicitada por uma comitiva formada por dezenove parlamentares bolsonaristas brasileiros, no âmbito da Câmara dos Deputados americana, para apontar a existência de uma rede

internacional de extrema direita. A delegação pretendia demonstrar que o Brasil não mais seria uma democracia, alegando que as autoridades brasileiras estariam promovendo censura e perseguição contra seus opositores. Esse evento serviu de ponto de partida para que fossem identificadas as conexões internacionais da extrema direita brasileira nos EUA e discutidas a recepção do conteúdo de suas denúncias pelas congressistas estadunidenses.

Em meio a esse cenário de polarização política, as relações diplomáticas entre Brasil e EUA completaram duzentos anos. Uma relação que é permeada por uma espécie de “discrepância contida”, em que, apesar de as duas nações sempre terem evitado confrontos, existem frustrações de ambos os lados (HIRST, 2004). Nesse contexto e diante das expectativas malogradas, relações oficiais e extraoficiais entre americanos e brasileiros se desenvolveram, de modo a repensar o futuro dessa parceria.

No âmbito oficial, os presidentes Joe Biden e Luiz Inácio Lula da Silva reuniram-se bilateralmente por duas ocasiões, em fevereiro e em setembro de 2023. Também foram organizadas audiências, nos principais congressionais americanos – como o Comitê de Relações Exteriores do Senado –, e reuniões, nos *think tanks* estadunidenses, com o objetivo de repensar as relações bilaterais entre Brasil e EUA. Os principais temas discutidos nessas oportunidades foram o fortalecimento da democracia, o enfrentamento da crise climática, a coordenação em questões de direitos humanos e os desafios impostos pela presença chinesa na América Latina. Um dos principais desdobramentos disto foi o relançamento, em fevereiro de 2024, de uma Frente Parlamentar bipartidária para o Brasil (ESTADOS UNIDOS, 2023; BRAZIL INSTITUTE, 2023; BRAZIL INSTITUTE, 2024).

No entanto, foi no âmbito extraoficial que as conexões entre Brasil e EUA se demonstraram mais visíveis, quando parlamentares brasileiros alinhados a Bolsonaro solicitaram uma audiência à Comissão Tom Lantos sobre Direitos Humanos, de representação bipartidária e presidida pelo democrata James McGovern e pelo republicano Christopher Smith. No entanto, um embate entre os dois sobre a importância da audiência acabou fazendo com que a sessão, agendada para 12 de março de 2024, fosse cancelada. McGovern impediu a realização do evento, defendendo que o foro estaria sendo mal utilizado pelos republicanos, que não mais acreditariam nos valores democráticos. O dissenso entre Smith e McGovern gerou críticas sobre a politização no âmbito da Comissão, revelando que os EUA estariam tão polarizados politicamente, que mesmo painéis de discussão sem poder de veto nem normas vinculantes estariam imunes a confrontos partidários (TOOSI, 2024).

Mesmo após o cancelamento da audiência, em março, a comitiva viajou para

Washington por iniciativa do deputado federal Eduardo Bolsonaro (Partido Liberal-SP) e do comentarista político Paulo Figueiredo. Impedidos de entrar, seus participantes improvisaram uma coletiva de imprensa em frente ao Capitólio, onde Eduardo Bolsonaro expressou seu temor de que o Brasil se transformasse “numa Cuba ou numa Venezuela, com seus campos de concentração”. Além disso, citou exemplos de políticos que integraram o governo Bolsonaro e que teriam sido presos injustamente numa operação da Polícia Federal, em 8 de fevereiro de 2024, como Filipe Martins, seu conselheiro internacional, Coronel Câmara, seu chefe de segurança, e demais participantes do que ele chamou de tentativa imaginária de golpe (BOLSONARO, 2024).

A polêmica provocada pelo episódio e a chancela de Christopher Smith – um parlamentar atualmente em seu vigésimo primeiro mandato – foram encaradas pela comitiva como uma oportunidade para se reunir com autoridades dos EUA e angariar apoio internacional à sua causa. Além da ofensiva internacional encabeçada por Eduardo Bolsonaro, a agência Yes Brazil USA teve um importante papel tanto na aproximação entre parlamentares brasileiros e americanos, quanto no planejamento da agenda do ex-presidente Bolsonaro, enquanto se exilou voluntariamente na Flórida (BRASIL TERRA DE GIGANTES, 2023).

Os bolsonaristas encontraram-se com os congressistas republicanos María Elvira Salazar, Rich McCormick, Bill Huzienga, John Moolenaar, Ralph Norman, Morgan Luttrell, Andrew Clyde e Mario Díaz-Balart. Além das agendas com parlamentares republicanos, a delegação reforçou vínculos com *think tanks* conservadores dos EUA, reunindo-se com os organizadores da Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC, no acrônimo em inglês) e com representantes da organização cristã Cedars House, The Conservative Caucus, Alliance Defending Freedom, Cato Institute e Heritage Foundation – que teria servido de inspiração para a criação do Instituto Conservador-Liberal por Eduardo Bolsonaro.

Como resultado dessa empreitada internacional, finalmente, os políticos bolsonaristas conseguiram se fazer ouvir no Subcomitê de Assuntos Exteriores da Câmara dos EUA sobre Saúde, Direitos Humanos Globais e Organizações Internacionais, presidido por Chris Smith. A audiência contou com a presença de quatro testemunhas: 1) Michael Shellenberger, jornalista que revelou arquivos da rede social X (antigo *Twitter*) que comprovariam a censura que o ministro do STF Alexandre de Moraes estaria impondo ao Brasil, principalmente no período eleitoral; 2) Chis Pavloski, diretor executivo da rede social conservadora *Rumble*, que encerrou suas atividades no Brasil, após se negar a bloquear contas de usuários acusados de disseminar desinformação; 3) o comentarista

político Paulo Figueiredo, que teve seus perfis em redes sociais suspensos; e 4) Fábio de Sá e Silva, professor de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oklahoma, convidado pelos democratas, para apresentar um contraponto com relação aos demais.

O debate retratou, mais uma vez, a polarização que perpassa todas as instâncias dos EUA, e as falas dos principais congressistas que participaram da audiência demonstraram isto. Os congressistas democratas Susan Wild e Sydney Kamlager-Dove teceram inúmeras críticas quanto ao tema da audiência, enquanto a republicanos María Elvira Salazar e Christopher Smith mostraram-se totalmente favoráveis às questões levantadas por Shellenberger, Pavloski e Figueiredo.

De um lado, Susan Wild defendeu que haja investigação sobre as conexões entre os ataques ocorridos no Capitólio e aqueles na Praça dos Três Poderes, dois anos depois. A congressista ainda atentou para o fato de que 2024 também marcou os sessenta anos do golpe de 1964, que contou com o envolvimento do governo dos EUA, enfatizando a necessidade de seu país formular uma visão crítica sobre essa participação.

No mesmo sentido, seguiram os aportes de Sydney Kamlager-Dove, que acabara de retornar do Brasil, onde divulgou o trabalho da bancada negra americana – *Black Caucus* – pela promoção do Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Discriminação Racial e Étnica (JAPER, na sigla em inglês). A congressista afirmou que, em vez de objetivar o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil, a audiência pretendia miná-la, interferindo no processo judicial brasileiro e fornecendo uma plataforma justamente para aqueles que disseminaram mentiras sobre o processo eleitoral no país.

Por outro lado, a republicana María Elvira Salazar afirmou que nada havia a ser celebrado no Brasil, já que, além de ser governado por um criminoso condenado por corrupção política, possuiria um operador totalitário no STF, Alexandre de Moraes. Salazar também defendeu Elon Musk, argumentando que sua plataforma estaria sendo alvo de censura no Brasil e alegando que o país deveria servir de modelo para que o mundo captasse que não se pode ameaçar a liberdade de expressão (HOUSE FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE DEMOCRATS, 2024).

O que talvez a delegação bolsonarista não esperasse é que tanto democratas quanto republicanos, em sua maioria, condenariam tão veementemente os ataques no Brasil. Para os parlamentares americanos, opor-se a essas invasões significaria também demarcar uma posição contrária à violenta invasão ao Capitólio em 2021. A fim de se esquivar de sua parcela de culpa na agitação, os denunciadores que participaram da audiência no Subcomitê de Assuntos Exteriores da Câmara dos EUA chegaram a afirmar que os atos violentos não consistiram numa tentativa de golpe nem teriam sido

premeditados, o que o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o 8 de janeiro provou ser um equívoco (CONGRESSO NACIONAL, 2023).

Na esteira de crise hegemônica dos EUA e da deterioração das instituições que ajudaram a erigir esse poderio, a mais recente Estratégia de Segurança Nacional publicada durante o governo Joe Biden reforçou a defesa de valores democráticos e a expansão de oportunidades econômicas, como algumas das prioridades estratégicas para o Hemisfério Ocidental. Apesar de o documento não citar o Brasil, os desafios globais a serem enfrentados pelos EUA perpassariam a política brasileira, e uma audiência ocorrida no Senado, sobre o futuro das relações bilaterais, denotou a preocupação generalizada com a proximidade brasileira com China, Rússia e Irã, além de ter apontado para a necessidade de o Brasil ser mais assertivo com relação a Cuba, Nicarágua e Venezuela (WHITE HOUSE, 2022; ESTADOS UNIDOS, 2023)

No Brasil, a reação mais concreta contra a ofensiva da extrema direita foi a articulação de uma frente internacional para enfrentar os ataques aos processos eleitorais, liderada pela senadora pelo Maranhão Eliziane Gama e por congressistas democratas americanos. No entanto, a eleição presidencial estadunidense, que ocorrerá em outubro, acrescenta ainda mais incertezas ao futuro próximo das relações bilaterais entre Brasil e EUA. Trump afirmou que, uma vez de volta à presidência, anistiará os presos pela invasão ao Capitólio, o que poderia resultar no robustecimento de atos violentos e antidemocráticos ao redor do mundo.

Referências bibliográficas

BOLSONARO, Eduardo. **Coletiva de imprensa no Capitólio, o congresso mais visto do mundo**. [...]. 12/03/2024. X: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1767634373845655963?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1767634373845655963%7Ctwgr%5E4da32e570d4f8e37ac28a974b83be7c696c6a60b%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Frevistaeste.com%2Fpolitica%2Fdeputados-fazem-balanco-de-reunioes-no-congresso-dos-eua%2F>. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL TERRA DE GIGANTES. [Locução de]: Alexandre Lanfim. Entrevistada: Larissa e Mário Martins. [S.l.]: Alexandre Lanfim, 23 set. 2023. **Spotify**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/3ha64FJTkylls2PsKiK6m4?si=Z8oOcM9kTmeAdEA2wUE43Q>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRAZIL INSTITUTE. Strengthening cooperation for Amazon conservation and climate solutions. **Wilson Center**. Washington D.C., 2023. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/strengthening-cooperation-amazon-conservation-and-climate-solutions>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

BRAZIL INSTITUTE. The relaunch of the Brazil caucus in the US Congress. **Wilson Center**. Washinton D.C., 2024. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/relaunch-brazil-caucus-us-congress>>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Brasília: 17 de out., 2024. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/264ac824-5d02-4463-b446-25eb22f4c96b>>. Acesso em: 20 maio, 2024.

ESTADOS UNIDOS. Hearing before the Committee on foreign relations. **The future of U.S.-Brazil relations**. U.S. Government Publishing: Washington, 2023. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.congress.gov/118/bills/hr6954/BILLS-118hr6954ih.pdf>>. Acesso em: 10 maio, 2024.

HIRST, Mônica. **The United States and Brazil: a long road of unmet expectations**. New York/London: Routledge, 2005.

HOUSE FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE DEMOCRATS. Brazil: a crisis of democracy, freedom & rule of law? **Youtube**, 7 maio, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NfQPH1_abtM>. Acesso em: 12 maio, 2024.

ROSSI, Amanda; RODRIGUES, Lúcia Valentim. Preparação para o ato golpista teve mapa online e previu confronto violento. **Política**. 11 de jan. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/mapa-online-onibus-brasilia-ato-golpista-8-janeiro-preparacao-confronto.htm>>. Acesso em 13 de out. 2024.

TOOSI, Nahal. A bipartisan congressional panel gets burned by partisan fury. **Politico**. Column/Compass. 30 mar. 2024. Disponível em:

<<https://www.politico.com/news/magazine/2024/03/30/congress-human-rights-panel-is-being-torn-apart-by-partisan-clashes-00149800>>. Acesso em: 9 mai. 2024

WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington: Out, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/11/8-November-Combined-PDF-for-Upload.pdf >. Acesso em: 19 e mai., 2024.

* Mestra e doutoranda em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pelo PPGEST/UFF e Graduada em História pela mesma instituição. E-mail: priscila_carvalho@id.uff.br

As relações internacionais nos planos de governo dos candidatos a prefeito do Rio de Janeiro

*Danilo Sorato Oliveira Moreira**

Em 2024, os mais de 5500 municípios brasileiros escolherão os prefeitos que os governarão nos próximos quatro anos. Em todo o processo eleitoral é fundamental que o eleitor acompanhe os debates políticos e analise as ideias e propostas dos candidatos. Os planos de governo também são uma espécie de bússola através da qual os eleitores podem avaliar quais são as principais propostas para questões como segurança, educação, saúde e – por que não? - relações Internacionais.

Embora constitucionalmente seja o governo federal que assuma a competência para gerenciar as relações com outros países e com o ambiente externo, também há no arcabouço jurídico nacional a possibilidade do exercício da chamada paradiplomacia pelos entes subnacionais como estados e municípios.

No caso brasileiro, a Constituição Federal, em seu artigo 73, estabelece que cabe ao Presidente da República a responsabilidade privativa pelo exercício das relações com Estados estrangeiros (BRASIL, 1988). Porém, é comum que cidades de grande porte, como o Rio de Janeiro, coloquem em prática a paradiplomacia estabelecendo elos com o exterior. Assim, no presente texto, analisaremos os planos de governo dos principais candidatos a prefeito do Rio de Janeiro para verificar a existência ou não de propostas para a atuação e projeção internacional da cidade.

Os Planos de Governo dos candidatos a prefeito do RJ

A disputa eleitoral deste ano é marcada pela presença de nomes bastante conhecidos do eleitor carioca e alguns poucos novos. Os principais candidatos na disputa são Eduardo Paes (PSD), Alexandre Ramagem (PL), Tarcísio Motta (PSOL), Marcelo Queiroz (Progressistas) e Rodrigo Amorim (União Brasil).

Ao se deter a análise dos planos de governo dos candidatos, busca-se nesse texto compreender até que ponto as relações internacionais são uma agenda considerada importante para os candidatos.

Vale recordar que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais turísticas do país, recebendo milhares de estrangeiros todos os anos, especialmente, de países como EUA, Argentina, Chile, etc. Também, é um município que se caracteriza por receber muitos eventos internacionais em diversas dimensões, seja entretenimento, esportes ou eventos

políticos. Por exemplo, no próximo mês de novembro, a cidade será a sede do Grupo dos 20 (G-20), momento em que a política externa ativa e altiva 3.0 de Lula da Silva tentará afirmar o protagonismo brasileiro ao propor um novo pacto para o combate à fome.

Outra questão importante é a estrutura burocrática da prefeitura. Ela possui uma Coordenadoria Geral de Relações Internacionais e Cooperação (CGRIC), cuja finalidade é “[...] o órgão municipal responsável por assessorar o Prefeito na elaboração e execução de políticas públicas municipais relativas à cooperação internacional.” (RIO DE JANEIRO, s/d)

Noutros termos, é a CGRIC que cuida dos assuntos paradiplomáticos da Prefeitura carioca. Ela atua na interlocução de projetos internacionais para a cidade, e no relacionamento do RJ com outros estados e municípios sobre essa agenda, além de fazer os contatos entre a Prefeitura e as missões consulares e diplomáticas espalhadas pela cidade.

Apesar de existir essa estrutura, todavia não existe uma secretaria de Relações Internacionais independente. Isso revela que as relações internacionais ainda não ganharam o “status” de um grande tema na política da cidade, tal como a Educação, Saúde e Economia. Diante desse contexto, questiona-se: os candidatos se atentam para as relações internacionais em seus planos de Governos?

Eduardo Paes é o atual gestor da cidade do Rio de Janeiro e concorre a reeleição em busca do seu 4º mandato no cargo. Atualmente, líder nas pesquisas, o seu plano de governo é intitulado “Rio seguindo em frente” e representa uma ampla coligação entre PSD, Solidariedade, Podemos, Avante, Agir, PDT, PSB, PRD, DC e Federação PT/PV/PCdoB.

Apoiado pelo presidente da República, Lula da Silva, o plano de governo se estruturou em torno dos seguintes assuntos: Saúde, Educação, Transporte, Emprego e Renda, Ordem Pública, Gestão/Finanças Públicas, Meio Ambiente, Clima e Prevenção à desastres, Assistência Social, Favelas e Comunidades, Mulher, PCD, Jovem, Cultura, Esporte e Legado.

No documento não existe menção as relações internacionais. De forma tangencial, fala-se na seção de turismo em:

Seguir atraindo e promovendo grandes eventos para a cidade, com o objetivo de aumentar o número de turistas, arrecadar impostos, movimentar o setor hoteleiro, de bares e restaurantes e o comércio em geral, beneficiando também taxistas e motoristas de aplicativo e gerando emprego e renda por meio desses investimentos. (PAES, 2024, p. 6)

De forma resumida, o documento toca em “eventos” de forma geral conectando com a temática de turismo, renda e economia. Não é mencionado o fator político para alcançar e garantir eventos internacionais, como o G-20, por exemplo.

Em segundo lugar nas pesquisas eleitorais, Alexandre Ramagem (PL), lançou o plano de governo “Coragem para mudar o Rio”, sob as bençãos de Jair Bolsonaro. No documento, não há menção explícita as relações internacionais, o que já mostra a baixíssima prioridade ao tema. Os grandes eixos do programa são Segurança, Educação, Saúde, Cidadania, Desenvolvimento e integração econômica, Previdência, Hub carioca de tecnologia e inovação social, Meio Ambiente, Turismo e Mobilidade Urbana.

Desses pontos do Plano de governo, de forma tangencial, fala-se na relação do Rio de Janeiro com o mundo a partir da lógica do Turismo. No documento aparece mais uma vez a prioridade a Segurança, que para o candidato do PL é com ela que haverá ações turísticas (RAMAGEM, 2024, p. 45). E diz o seguinte:

A cidade do Rio terá ações para aumentar a participação de feiras e eventos nacionais e internacionais, com fomento a negócios que incentivem o desenvolvimento da economia do turismo, em áreas como: •Turismo Cultural; •Turismo Gastronômico; •Turismo de Aventura e Ecoturismo / Ambiental; •Turismo de Saúde e Bem-Estar; •Turismo Educacional e Acadêmico; •Turismo Social e de Voluntariado; •Turismo Esportivo; •Turismo Religioso; •Turismo Corporativo. (RAMAGEM, idem, ibidem)

Em resumo, o candidato apoiado por Bolsonaro não tem um plano para as relações internacionais no RJ. De forma confusa, aponta para o Turismo apostando que com maior segurança haverá um retorno de eventos nacionais e internacionais na cidade. Esqueceu do importante aspecto político como componente para garantir eventos internacionais e cooperação na cidade.

O professor Tarcísio Motta (PSOL) lançou o plano de governo intitulado “O Rio merece mais” em coligação com PCB e REDE. O documento está estruturado nos seguintes eixos: Planejamento e gestão, Ciência e tecnologia, Direitos Humanos, Finanças Públicas, Previdência Social, Assistência Social, Emprego e Renda, Segurança Pública, Meio Ambiente, Defesa Civil, Saneamento Ambiental, Segurança alimentar e nutricional, urbanismo, Habitação, Mobilidade, Pessoas com deficiência, Saúde, Educação, Cultura, Comunicação, Memória e Verdade, Lazer, Esporte, Turismo e Proteção aos animais (MOTTA, 2024).

Não há menção a temática das relações internacionais em seu Plano de governo.

Embora, haja breve menção à relação entre Meio Ambiente e as medidas socioambientais adotadas no mundo, não há uma estratégia para a agenda das RI's ou mesmo para o importante papel paradiplomático da cidade. O foco da candidatura é nas temáticas de direitos sociais e de gênero, algo fundamental para o desenvolvimento local.

O candidato, Marcelo Queiroz (Progressistas), lançou o plano de governo “O Rio tem opção” em uma coligação que, além de seu partido, conta a Federação PSDB e Cidadania. No documento, as principais áreas são: Valorização do Servidor; Transparência; Saúde; Casa para Todos; Educação; Rio Inteligente; Transporte; Descentralização Econômica; Turismo, Cultura, Esporte e Grandes Eventos como identidades do Rio; Rio Sustentável, Social, Inclusivo e equitativo; Rio, capital dos Animais.

Não há menção às relações internacionais no documento. E o candidato alia o caráter global da cidade ao turismo com uma estratégia de investir em calendário de eventos, política cultural, política de artesanato, política de jogos eletrônicos etc. (QUEIROZ, 2024, p. 41). Portanto, não há especificidade para o fator paradiplomático na busca de eventos internacionais para a cidade.

O candidato, Rodrigo Amorim (União Brasil), lançou o plano de governo “Força para mudar o rio”. Com uma linha ideológica afinada com o bolsonarismo mais radical, seu foco é falar em ideologia de gênero, globalismo, anticomunismo e segurança. Apesar do discurso ideológico é o único candidato que propõe a criação de um “Setor de Relações Internacionais e Promoção turística” com a finalidade de:

O Setor de Relações Internacionais e Promoção Turística será criado com o objetivo de promover a cidade no cenário global, atraindo turistas, investidores e eventos internacionais. Este setor desempenhará um papel crucial na divulgação das potencialidades do município, fortalecendo sua imagem e ampliando as oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural. (AMORIM, 2024, p. 65)

Além dessa proposta, também, aponta para o componente político paradiplomático ao falar em “Relações com líderes estrangeiros”:

Estabeleceremos e fortaleceremos relações com lideranças estrangeiras, embaixadas e consulados, buscando parcerias para projetos de cooperação internacional, intercâmbio de conhecimento e atração de investimentos. Participaremos de missões internacionais, feiras e eventos que promovam o município no cenário global, visando captar recursos e

tecnologias que possam beneficiar nossa comunidade. (AMORIM, 2024, p. 63)

Portanto, no plano de governo do candidato acima há a percepção do papel paradiplomático da prefeitura do RJ, bem como a valorização das relações internacionais, através da criação de uma estrutura específica para a atuação internacional do Executivo municipal. .

O candidato ainda aponta para mais duas ações na área, “Atração de Eventos Internacionais” e “Parcerias e colaborações internacionais”, cujos objetivos serão promover a chegada de grandes eventos internacionais e atrair “agências de turismo, operadores de viagens e influenciadores digitais” para transformar a cidade em destino turístico (AMORIM, 2024, p. 65).

Considerações Finais

A partir da análise acima, pode-se criar uma tabela com a prioridade da temática de relações internacionais para os candidatos classificando-a em escalas de Alta, Média e Baixa Prioridade.

Como parâmetros para avaliação, definimos os seguintes critérios: houve menção as relações internacionais e há um eixo temático sobre elas no plano de governo (Alta Prioridade); não há esse eixo temático no documento, mas há menção às relações internacionais (Média Prioridade); e por fim, não há o eixo temático e nem menção direta às relações internacionais (Baixa Prioridade).

Níveis de prioridade dados pelos candidatos à Prefeitura do RJ para as relações internacionais

Candidato	Prioridade
Eduardo Paes	Baixa Prioridade
Alexandre Ramagem	Baixa Prioridade
Tarcísio Motta	Baixa Prioridade
Marcelo Queiroz	Baixa Prioridade
Rodrigo Amorim	Alta Prioridade

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela mostra que os candidatos no Rio de Janeiro não dão prioridade às Relações Internacionais enquanto componente de agenda de governo, exceto o candidato do União Brasil. Apesar de haver estruturas burocráticas na Prefeitura e a cidade ter um

perfil e uma tradição cosmopolitas, não existe uma aposta firme na paradiplomacia por parte da quase totalidade dos candidatos. Isso é um problema, posto que há uma percepção equivocada de que o Turismo, por si só, dá conta da dimensão da atuação internacional da prefeitura, esquecendo-se do papel importante que a paradiplomacia poderia exercer na atração de cooperação, projetos e eventos internacionais para a Cidade.

Referências

AMORIM, Rodrigo. **Plano de Governo – Força para mudar o Rio**. TSE: Brasília, 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/RJ/2045202024/190002135692/2024/60011>. Acesso em 04 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

MOTTA, Tarcísio. **Plano de Governo – O Rio merece mais**. TSE: Brasília, 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2024/RJ/60011/619/candidatos/190001973562/pje-Programa%20de%20Governo.pdf>. Acesso em 06 out. 2024.

QUEIROZ, Marcelo. **Plano de Governo – O Rio tem opção**. TSE: Brasília, 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/RJ/2045202024/190002015955/2024/60011>. Acesso em 05 out. 2024.

RAMAGEM, Alexandre. **Plano de Governo – Coragem para mudar o Rio**. TSE: Brasília, 2024. Disponível em: https://monitor-static.poder360.com.br/static?path=politicos_do_brasil/arquivos/2024/60011/190001986140/PlanodeGovernoARR.pdf. Acesso em 06 out. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Relações Internacionais**. Sem data. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/a-coordenadoria>. Acesso em 06 out. 2024.

*Doutorando em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF), Mestre em Ensino de História (UNIFAP) e Professor do Instituto Federal do Amapá. E-mail: danilosorato@hotmail.com.

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.